



REFLEXÕES SOBRE A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Paula Franciosi. Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física (Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá); Prefeitura Municipal de Cambé e Prefeitura Municipal de Londrina

Joyce Cristina Claro Menoti. Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física (Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá).

Ieda Parra Barbosa-Rinaldi. Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física (Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá)

Resumo

A Educação Infantil é um espaço escolar, um nível de ensino em que se considera a ação pedagógica, tendo como ponto de partida a socialização, o diálogo, o brincar, a brincadeira, o faz de conta e o imaginário infantil. Na Educação Infantil, a criança, a partir das experiências educacionais, desenvolve-se tanto em seus aspectos cognitivos quanto sociais, afetivos e motores. E, nesse contexto, a Educação Física contribui de maneira significativa com esse desenvolvimento, haja vista que o cerne do trabalho pedagógico da Educação Infantil é o movimento, a linguagem corporal, a cultura lúdica, os jogos e brincadeiras que, por sua vez, também são os objetos de ação pedagógica do campo da Educação Física. Sendo assim, o objetivo do estudo foi apresentar algumas reflexões sobre a inserção da educação física na educação infantil. Como metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica para com a Lei de Diretrizes de Bases de 1996, da Base Nacional Comum Curricular de 2018, dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 e 1998 e das Diretrizes Nacionais da Educação Infantil de 2009. Foi possível evidenciar que a presença da educação física na educação infantil proporciona desenvolvimento integral do aluno que frequenta a instituição de ensino através do brincar, contextualizando suas práticas cotidianas e valorizando, por meio da ludicidade, as culturas infantis. Portanto, se faz necessário que os currículos aportem a garantia de atuação aos profissionais de educação física e às crianças dessa etapa da educação básica.

Palavras-chave: educação física; educação infantil; documentos norteadores.

Introdução

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, oferecida em espaços não domésticos para crianças de 0 a 5 anos, se constituindo como direito civil, o qual, deve ser garantido pelo Estado e ofertado na esfera pública, gratuitamente, com qualidade e sem requisito de seleção (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), apontam que a criança é um sujeito histórico e de direitos, “nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja [...] e constrói sentidos [...]” (BRASIL 2010, p.12). Esse processo se dá, a partir de situações lúdicas, chamada de eixos infantis, conforme Sarmiento (2004), em situações que privilegiem o brincar, considerado pelo autor o “ofício da criança”.

A educação infantil, a partir da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), divide seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento em cinco campos de aprendizagens “O eu, o outros e o nós”; Corpo, gestos e movimentos; “Traços, sons, cores e formas”; “Oralidade e escrita” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, os quais, têm como eixos estruturantes das práticas pedagógicas as interações e as brincadeiras, sublinhando a educação física, como espaço e tempo privilegiados nessa etapa da educação básica.

Nesse sentido, diversos autores que buscaram discutir as questões particulares de ensino relacionadas à educação física e à educação infantil (SAYÃO, 1999; AYOUB, 2001; ROCHA, 2011; MELLO et al., 2014; MARTINS, 2018), destacaram a importância da educação física nesse nível de ensino. A pluralidade desses estudos visou evidenciar as potencialidades e possibilidades de construção de um planejamento pedagógico articulado entre os diversos saberes, a fim de integrar a educação física na dinâmica da educação infantil, que não é organizada em disciplinas, mas objetiva contemplar as especificidades das crianças de zero a cinco anos de idade (MELLO et al., 2020).

Os documentos norteadores da educação nacional não mencionam a educação física como componente curricular da educação infantil e também não apresentam a necessidade de presença de um professor especialista para atuação desta área de conhecimento. Entretanto, Mello et. al (2016) e Martins (2018) retratam a expansão da inserção dos professores de educação física

nesta etapa de ensino. Em muitos casos, a inserção dos docentes específicos como exemplo, professores de educação física e, em alguns casos, artes e inglês, ocorre para assegurar aos educadores regentes o direito de dedicação à hora atividade. Sendo por esse motivo ou não, pode-se dizer que de alguma maneira ocorre a consolidação da prática pedagógica da educação física relacionada ao planejamento da educação infantil (MARTINS; TOSTES; MELLO, 2018).

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96) a educação infantil é compreendida como a primeira etapa da educação básica e a educação física é um componente curricular obrigatório. Entretanto, a lei não esclarece qual profissional deve atuar com esse componente curricular na educação infantil, se especificamente se trata do professor de educação física ou se fica a cargo do regente (MELLO et al., 2014).

Nesta direção, a se considerar o contexto apresentado, buscaremos apresentar algumas reflexões sobre a inserção da educação física na educação infantil.

Metodologia

Como método nos utilizamos da pesquisa bibliográfica para conhecer, aprimorar e aprofundar o conhecimento apresentado sobre a temática evidenciada neste estudo. Sendo assim, através da investigação de referências já publicadas e analisadas, foi possível obter as informações necessárias sobre o imbróglio do qual se procura explicações. É importante ressaltar que esse tipo de pesquisa não se limita à repetições sobre o que já foi escrito ou dito sobre determinado assunto, mas que propicia reflexões e novas abordagens, para que novas conclusões sejam realizadas (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O acesso às referências ocorreu de maneira *online* e através da transferência dos arquivos da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, da Base Nacional Comum Curricular de 2018, dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 e 1998 e das Diretrizes Nacionais da Educação Infantil de 2009. De início, realizamos leituras particulares, seguidas por análises coletivas, mediante a reuniões realizadas pelo programa *Google Meet*. As análises dos dados foram efetuadas com auxílio de referenciais clássicos da educação física e da educação infantil, de modo geral.

Resultados e discussão

Compreendemos as condições de inserção da educação física na educação infantil, considerando que um dos pontos primordiais está relacionado à organização do currículo das creches e pré-escolas, os quais buscam a indissociabilidade entre o educar e o cuidar para que haja superação da dicotomia de educação e assistencialismo, prática comum no surgimento da educação infantil (AYOUB, 2001).

Entretanto, temos o entendimento de que não basta uma ordem legal que vá certificar a implantação da educação física automaticamente na educação infantil. Nesta direção, ocorrem discussões, dimensões e tensões relacionadas à efetivação concreta da educação física como um componente curricular obrigatório nessa etapa da escolarização (MARTINS, 2018).

A fim de buscar a inserção dos docentes especialistas para ensinar as diferentes linguagens, nesse caso, a da cultural corporal, sem induzir à fragmentação de conhecimento é necessário buscar aspectos conjuntos, tais como a interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade busca integrar os conteúdos por diferentes abordagens e disciplinas, compreendendo que as diversas áreas de conhecimento são compreendidos por diferentes pontos de vista. Essa prática não visa “diluir” as disciplinas, haja vista que as individualidades devem ser mantidas, porém, integrando-as por meio da compreensão dos múltiplos fatores que intervêm sobre a realidade (FAZENDA, 2002).

Nesse caso, é possível que ocorram parcerias dos educadores das diferentes áreas na busca pelo cuidado e a educação das crianças, na consideração das individualidades dos alunos. Faz se necessário, então, evitar a fragmentação nas relações, isto é, várias mudanças de professores, o que pode causar fragilidades, bloqueios, desconfortos, ansiedade, entre outros, que dificultam as relações educacionais (AYOUB, 2001).

Ao buscar o desenvolvimento integral da criança, a educação infantil permite que as diferentes linguagens e áreas de conhecimentos sejam consolidadas e diversificadas, para que a organização curricular seja sistematizada em práticas pedagógicas direcionadas pelos eixos das brincadeiras, interações e linguagens (BUSS-SIMÃO; FIAMONCINI, 2013). Sendo assim, se faz relevante destacar a rotina presente na dinâmica da

educação infantil.

A rotina é considerada um apêndice pedagógico que possibilita que ocorra desenvolvimento educacional do trabalho escolar, visto que, viabiliza a organização do trabalho cotidiano nas escolas, ao oportunizar que a educação e o cuidado sejam indissociáveis, caracterizados em momentos que podem ocorrer mudanças, transformações, inovações e adaptações, uma vez que não é uma organização rígida (BARBOSA, 2006).

Ao investigar os três documentos oficiais que norteiam as ações pedagógicas sendo: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2013) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), Martins (2018) retrata que esses escritos indicam que a educação infantil não deve ser estruturada pelo arranjo disciplinar e fomentam a ideia do trabalho compartilhado entre áreas, preconizando o processo histórico e social elaborado pelas crianças.

Ponderando que a dinâmica da educação infantil não é organizada de forma curricular, apenas pela transmissão de conteúdos específicos, a educação física se insere como “prática cultural portadora de conhecimentos, que só se justifica se articulada às demais práticas educativas da instituição educadora”. Essa perspectiva se diferencia do compreensão escolar tradicional, visto que reconhece esse componente curricular como integrado às demais áreas que compõem o cotidiano escolar (MELLO et al., 2020).

Sensibilizados na emergente necessidade da presença da educação física na educação infantil, Farias et. Al. (2019) realizam uma revisão integrativa para avaliar a produção científica a respeito dessa temática. Como resultados, observaram que após 10 anos da promulgação da LDB de 1996, o trabalhos começaram a crescer o que demonstra a conquista por espaço da educação física na educação infantil. Todavia, as teses e dissertações dos programas de pós-graduação encontraram 224 estudos, dos quais 200 deles foram produzidos a nível de mestrado e apenas 24 a nível de doutorado, retratando que o tema necessita de mais estudos e propostas pedagógicas, a fim de impactar o âmbito escolar.

Considerada como participante das áreas das linguagens, a Educação Física possibilita as experiências de práticas sociocorporais, uma vez que as crianças quando se expressam corporalmente, as crianças também aprendem e se relacionam como questões sociais, culturais e afetivas. Sendo assim, cabe ao professor, o processo de considerar os alunos como sujeitos de direito, para dar voz a eles, com o objetivo de estabelecer uma intervenção centrada no protagonismo deles, os colocando como ponto central e autores das práticas pedagógicas, já que suas histórias, ações e representações são respeitadas e ouvidas no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (MARTINS et al., 2014).

Conclusão

A partir do exposto, pode-se destacar a relevância da educação física na educação infantil por representar espaço e tempo propícios para o desenvolvimento integral da criança por meio do brincar, contextualizando suas práticas cotidianas e valorizando, por meio da ludicidade, as culturas infantis.

Nesse sentido, destacamos a LDB de 1996 e os currículos oficiais norteadores da educação infantil DCNEI e BNCC como documentos que atestam a educação física na educação infantil como direito de aprendizagem, ao mesmo tempo que não garantem que seja o professor de educação física o docente responsável por ministrar essa disciplina. Tal cenário é contraditório e abre brechas para que a educação física não efetive-se no contexto da educação infantil, contrapondo os ideais destacados nos documentos. Sendo assim, se faz necessário que os currículos aportem essa garantia aos profissionais de educação física e às crianças dessa etapa da educação básica.

Referências

AYOUB, E. Reflexões sobre Educação Física na Educação Infantil. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, supl. 4, p.53-60, 2001.

BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.1.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/** Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BUSS-SIMÃO, M.; FIAMONCINI, L. Educação física na educação infantil: refletindo sobre a possibilidade de trabalho com projetos. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 297-314, jan./mar. 2013.

FARIAS, Uirá de Siqueira *et al.* Análise da produção do conhecimento sobre a educação física na educação infantil. *Movimento*, Porto Alegre, v. 25, e25058, 2019.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade:** um projeto em parceria. Edições Loyola, 1991

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MARTINS, R. L. D. R.; TOSTES, L. F.; MELLO, A. S. Educação Infantil e Formação Docente: análise das ementas e bibliografias de disciplinas dos cursos de Educação Física. **Movimento**, v. 24, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2018.

MARTINS, Rodrigo Lema Del Rio. **O lugar da Educação Física na Educação Infantil.** 2018. Tese (Doutorado). Centro de Educação Física e Desportos. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018

MELLO, A. S.; SANTOS, W.; KLIPPEL, M. V.; ROSA, A. D. P.; VOTRE, S. J. Educação Física na educação infantil I: produção de saberes no cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte** (Online), v. 36, p. 467-484, 2014.

MELLO, A. S.; ZANDOMINEGUE, B. A. C.; BARBOSA, R. F. M.; Martins, R. L. D. M.; SANTOS, W. A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular: pressupostos e interfaces com a Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 130-149, set. 2016.

MELLO, A. S. et al. Por uma perspectiva pedagógica para a educação física com a educação infantil. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 10, p. 326-342, 2020.

ROCHA, M. C. **Forma escolar, educação física e educação infantil:** (im)pertinência, 2011. 132 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e

Desportos, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.). **Crianças e miúdos**: Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, 2004. p. 9-34.

SAYÃO, D. T. Educação Física na Educação Infantil I: riscos, conflitos e controvérsias. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 11, n. 13, p. 221-238, 1999.

Endereço do autor(es): anapfranciosi@gmail.com; joyce_cris_1012@hotmail.com; parrarinaldi@hotmail.com

Linha de estudo. Linha 1 - Saberes Docentes, Currículo, Inclusão.